



Jornal do

FEDERAL

Jornal do Conselho Federal de Psicologia - Ano XVIII nº 80 - dezembro de 2004

Edição especial do
Jornal apresenta
principais ações da
Gestão 2002 / 2004

Principais ações realizadas
pelo XII Plenário

Gestão 2002 / 2004

3 anos
de compromisso social

Encarte

Projeto de Lei do Ato Médico:



Manifestações contra o Projeto sacodem o país de norte a sul

págs 8 e 9

DIRETORIA

Ricardo Figueiredo Moretzsohn
Presidente

Ana Luíza de Souza Castro
Vice-Presidente

Francisco Machado Viana
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Odair Furtado
Aluizio Lopes de Brito
Analice de Lima Palombini
Deusdet do Carmo Martins
Mariana Moreira Gomes Freire

CONSELHEIROS SUPLENTES

Eleuni Antônio de Andrade Melo
Francisco de Assis Nobre Souto
Margarete de Paiva Simões Ferreira
Rebeca Litvin
Rosimeire Aparecida da Silva
Sandra Maria Francisco de Amorim

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Adriana Marcondes Machado
Diva Lúcia Gautério Conde
Paulo Roberto Martins Maldos

EDIÇÃO

Ricardo Figueiredo Moretzsohn

COORDENAÇÃO

Yvone Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Patrícia Mendes RP 2945/DF.

REPORTAGEM

Camila Nakahara
ascom@pol.org.br

ESTAGIÁRIAS DE COMUNICAÇÃO

Natanry Dias
Anna Carolina Laurindo

DIAGRAMAÇÃO

Ad People Comunicação

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SRTVN 702 - Edf. Brasília Rádio Center,
sala 4024 A - Brasília, DF,
CEP 70.719-900
Tel.: (61) 4290100
www.pol.org.br

Acompanha esta edição do *Jornal do Federal* uma síntese das principais ações da Gestão 2002/2004, XII Plenário do CFP, que encerra suas atividades no próximo dia 19 de dezembro de 2004, quando o XIII Plenário, eleito no último dia 27 de agosto, assume o comando do Conselho Federal de Psicologia.

Preparar um **encarte** dessa natureza para apresentar aos psicólogos é um misto de emoções. De um lado, a nostalgia de relembrar momentos que foram importantes para a consolidação do compromisso social da Psicologia e que aconteceram nos últimos anos; de outro, a certeza e a alegria do dever cumprido e o entendimento de que é necessária a troca de agentes, para oxigenação na condução das propostas, com a certeza de que aquilo o que realmente importa vai ser mantido e ampliado. Olhar para um relatório de ações, mesmo que seja para a síntese dele, é rever situações vividas, marcos de crescimento e evolução, desafios inúmeros encontrados no cotidiano, que se revelaram em políticas implementadas, discussões abertas, problemas levantados, tendo sempre à frente o ideal de uma Psicologia de vanguarda, verdadeiramente comprometida, enquanto ciência e profissão, socialmente, com a construção de um mundo melhor.

É nítido hoje o crescimento da Psicologia no Brasil, quando observamos em quantas frentes de trabalho e em tantos ambientes políticos conta-se com a freqüente participação do Sistema Conselhos, seja na agenda política de entidades parceiras, da sociedade civil ou na esfera governamental.

Em três anos de farta discussão de políticas públicas, de grande mobilização social no cenário nacional, quando defendemos infância e adolescência, posicionamo-nos contra o preconceito social e racial, fomos contra a baixaria nos meios de comunicação de massa, contra a existência dos manicômios no país, contra a tramitação do Projeto de Lei do Ato Médico, este corporativista por excelência, a atuação do Conselho Federal foi consolidada, o que propiciou a participação da Psicologia nas discussões dos eixos temáticos centrais com a sociedade brasileira.

O protagonismo que emerge da construção do Banco Social de Serviços, por exemplo, um de nossos importantes projetos, é uma das mais importantes manifestações articuladas por esta Gestão com a sociedade civil. Formulado em 2003, visa transformar a relação dos psicólogos com a sociedade brasileira e ampliar o compromisso social com a população. Outro destaque neste campo é o reconhecimento social da Psicologia como uma profissão engajada na luta pelos Direitos Humanos, que vem, a cada ano, se intensificando.

Muito foi feito, sabemos. Ao olharmos a síntese de um relatório de Gestão, ainda mais viva nos vem esta certeza. Mas muito mais há que se fazer ainda. Há nove anos cuidando da profissão, temos tido a certeza de estar conduzindo a Psicologia nos trilhos do verdadeiro compromisso social.



Primeiramente, gostaríamos de parabenizar o CFP pelo **site** muito bem feito e extremamente útil a toda a comunidade. Apreciamos também o destaque dado à luta antimanicomial, um sonho de liberdade, justiça e dignidade em que cabe a todos os engajados com a humanidade se envolverem.

Gostaria de saber se existe a possibilidade de recebermos as publicações do Conselho Federal de Psicologia, mesmo não sendo ainda profissionais formados, para que possamos disponibilizar aqui para os estudantes da UFPR e criarmos uma cultura de envolvimento e participação dentro dos órgãos de classe.

Rodrigo
Coordenação de Comunicação
Centro Acadêmico de Psicologia - UFPR
Curitiba - PR

Os periódicos (*revista Ciência e Profissão*, *revista Diálogos*, *Jornal do Federal*) além de outras publicações do CFP, estão sendo disponibilizados para download no www.pol.org.br



Relatório de Inspeção: publicação à disposição no site.

www.pol.org.br

Psicólogos referendam chapa para o CFP

No último dia 27 de agosto a categoria elegeu, por meio da Consulta Nacional, a chapa “Para Cuidar da Profissão”, para a gestão do CFP ao longo do próximo triênio. A chapa possui um retrospecto de oito anos de gestões e foi eleita com um número expressivo de votos.

No ano de 2005 a gestão eleita dará continuidade aos projetos iniciados na gestão atual, em afinidade com os mesmos objetivos propostos, e pretende implementar outras propostas. Dentre propostas novas e a serem mantidas, estão construir referências e delimitar a profissão, buscando sua valorização; auxiliar na construção de políticas públicas e trabalhar para a inserção dos psicólogos nessas políticas; intensificar a circulação de informações no campo da Psicologia; fortalecer o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira e a Ulapsi – União

Latino-americana de Entidades da Psicologia; estreitar a relação da Psicologia com questões relativas aos Direitos Humanos; intensificar o apoio aos movimentos sociais; fortalecer as relações entre conselhos regionais; e implementar as decisões do V.CNP. Sob o slogan “Vote para Cuidar

















Na diretoria estão ainda presentes: como vice-presidente, Marcus Vinícius de Oliveira Silva, da Bahia; como secretária, Maria Christina Barbosa Vêras, de Pernambuco; e, como tesoureiro, André Isnard Leonardi, de São Paulo.

Segundo a presidente eleita, Ana Bock, “cuidar da profissão é organizar institucionalmente a representação da diversidade da Psicologia para poder produzir o discurso coletivo que reivindica o espaço social adequado para o exercício de nossas competências, espaço este que possibilitará a participação da Psicologia, como profissão, na construção de um mundo melhor”. De forma democrática, a presidente, no entanto, reitera: “as direções que ocupam os conselhos não podem evocar para si a tarefa de falar e expressar toda a Psicologia”.

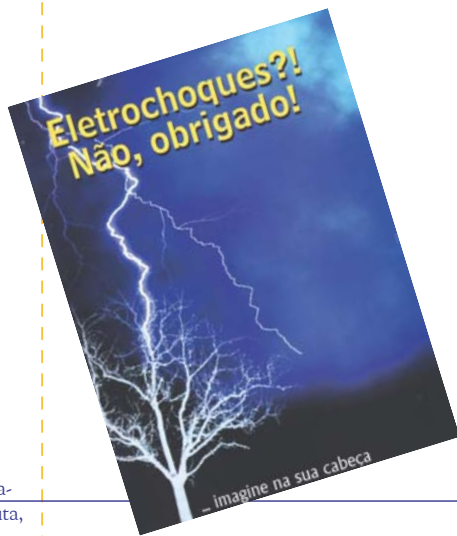
“Vamos possibilitar a participação da Psicologia, como profissão, na construção de um mundo melhor”

da Profissão. E, juntos, vamos buscar a universalização do acesso à Psicologia”, a chapa foi encabeçada pela psicóloga Ana Mercês Bahia Bock, de São Paulo.

Veja a panorâmica das eleições pelos CR's:

CRP	Nº DE ELEITORES	CHAPA VENCEDORA
 DF/AC/RO/RR/AM	2.891	Participação e Cidadania
 PE/F/Noronha	2.402	Psicologia Cidadã
 BA/SE	980	Plural: o compromisso com a Psicologia
 MG	7.810	Cuidar da Profissão
 RJ	8.515	Ética e Compromisso Social
 SP	27.338	Cuidar da Profissão em São Paulo
 RS	4.660	Prapsis
 PR	2.878	Conexão Psi
 GO/TO	2.060	Acolhendo para Crescer
 PA/AP	939	Dialogar para Cuidar da Profissão
 CE/PI/MA	1.025	O Conselho Somos Nós: uma categoria presente
 SC	2.158	Pra Cuidar da Profissão em Santa Catarina
 PB/RN	1.412	Integração para Mobilização e Renovação
 MT/MS	880	Psicologia: protagonismo e ação de todos
 AL	844	Ética e Compromisso Social
 ES	579	Conselho em Movimento

Eletrochoque?! Imagine na



O Congresso de Psiquiatria incluiu, em sua pauta, discussão acerca do uso do ECT nos manicômios, em todo o país.

Foi com esse grito de guerra que o movimento social, coordenado pela Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial e pelo Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios, tomou a frente do Centro de Convenções de Salvador, onde se realizava, no dia 14 de outubro, o XXI Congresso Brasileiro de Psiquiatria, para dizer não a esta prática, considerada, pelas diversas ONG's presentes à mo-

vimentação, como obsoleta, retrógrada, indesejável: "não queremos mais esta técnica de uso do eletrochoque em usuários de saúde mental, não a aceitamos de forma alguma", afirma Milton Freire, ex-usuário de saúde mental e membro da ONG Condição Humana, que ainda afirma: "os usuários de saúde mental estão convencidos e estão gritando para a sociedade que o chamado ECT remonta aos

Seminário discute Reforma Psiquiátrica

Processo complexo e multifacetado, a Reforma Psiquiátrica Brasileira deve ser ponto permanente de discussão e reavaliação.

Entidade legítima neste processo de análise e socialmente co-responsável por ele, o Conselho Federal de Psicologia, em parceria com o CRP da Bahia, realizou, em meados do mês de outubro, na capital baiana, o seminário A Reforma Psiquiátrica em Questão, com a meta de proceder a avaliações do atual momento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, sob o ponto de vista de profissionais e atores que interferem nos diferentes aspectos do

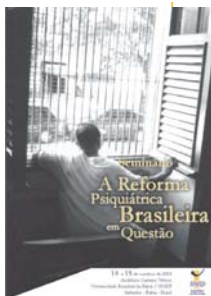
processo. O evento contou com a presença da psicóloga Cecília Coimbra, do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio

Como viabilizar o Controle Social para a Reforma Psiquiátrica foi a palestra de abertura do evento, ministrada por representante da OAB Nacional.

de Janeiro, e do psiquiatra e professor da UERJ, Joel Birman, além de ampla cobertura da mídia local.

Ponto alto do seminário foi o lançamento oficial do *Relatório de Inspeção a Unidades Psiquiátricas*, produzido pelo Sistema Conselhos em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Nacional.

O relatório foi fruto da ação, conjunta das Comissões de Direitos Humanos do CFP e da OAB, de inspeção simultânea em manicômios de 16 estados brasileiros mais o Distrito Federal. O relatório, já entregue em mãos ao Ministro da Saúde, Humberto Costa, é o retrato deprimente do caos manicomial por que passa o país.



Comissões de DH's

Nos dias 2 a 4 de dezembro aconteceu, em Brasília, o VI Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia.

Desta vez, o Encontro teve um caráter de formação para os novos plenários do Sistema Conselhos, com o objetivo fundamental de definição

de estratégias de continuidade à política de Direitos Humanos adotada hoje pelo Sistema.

Segundo a conselheira Ana Luíza Castro, representante do Plenário do CFP na Comissão Nacional de Direitos Humanos, "a política de Direitos Humanos no âmbito dos Conselhos tem sido apontada como prioritária

em todas as instâncias. Neste sentido, o evento teve, também, um caráter de troca de experiências, sensibilização e formação, onde a presença dos plenários eleitos dos conselhos regionais foi fundamental".

O Encontro também propiciou a formação e sensibilização das Comissões de Direitos Humanos para a

Não, obrigado! sua cabeça!!!

tratos com a saúde de princípios do século passado. Onde está o avanço da Medicina???”.

Os usuários de saúde mental, ao definirem a Carta de Direitos e Deveres dos Usuários, em 1993, posicionaram-se contra o uso do eletrochoque. Também a III Conferência Nacional de Saúde Mental aprovou Moção exigindo o fim do uso do ECT em portadores de sofrimento mental.

Segundo a coordenação da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, “ a discussão preponderante hoje não é técnica, mas ética! Os usuários não querem mais esta técnica! Cabe à Psiquiatria pesquisar e encontrar recursos e técnicas, eficazes e humanas, de tratamento do sofrimento psíquico!”.

Em apresentações performáticas, usuários de saúde mental, seus fami-

liares, estudantes da área de saúde e profissionais deram o tom da campanha: “Eletrochoque!! Não, obrigado! Imagine na sua cabeça!!!”

A Comissão de Direitos Humanos do CFP apoiou a manifestação.

Política Psiquiátrica pauta CDDPH



A Reforma da Política Psiquiátrica Brasileira foi tema de reunião ordinária, no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no início do mês de novembro.

A reunião, pautada pelo CDDPH para tratar sobre a promoção dos direitos humanos e apuração de denúncias de violações que vêm acontecendo em manicômios, por todo o país, foi cogitada no âmbito do Conselho de Defesa a partir da entrega do Relatório de Inspeção a unidades psiquiátricas brasileiras, realizada pelo CFP em parceria com a OAB.

O relatório aponta denúncias de maus tratos, isolamento e violações de direitos, de toda ordem, de portadores de sofrimento mental.

A audiência é o reconhecimento de um trabalho sério, duradouro e responsável, que mostra a força da nossa articulação

“ A audiência indica-nos o grau de reconhecimento que o CFP vem adquirindo ao longo dos anos frente às instituições governamentais, especialmente àquelas ligadas à questão

da saúde mental. É o reconhecimento de um trabalho sério, duradouro e responsável, que mostra a força da nossa articulação em relação à questão da Reforma Psiquiátrica e de temas ligados aos Direitos Humanos”, diz o presidente da Comissão de Direitos Humanos do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira. “ Estava mais do que na hora das instituições governamentais assumirem suas responsabilidades”, conclui.

O CFP participou da reunião no CDDPH.

têm encontro nacional

questão, visando torná-las orgânicas e atuantes, e realizou uma retrospectiva sobre os trabalhos já desenvolvidos pelas comissões anteriores. Contou, inclusive, com uma exposição de painéis sobre a história da Comissão.

Sobre o Encontro Ana Luíza ainda aponta que “o ano de 2004 foi fundamental em termos de aproximação

da Psicologia com os Direitos Humanos. Exemplo disso foi a caravana em prol dos Direitos Humanos realizada nos hospitais psiquiátricos. Na verdade, nossa preocupação é propiciar organização às ações e tornar esta política institucionalizada no âmbito dos conselhos de Psicologia”.

O CFP, através da Comissão

Nacional de Direitos Humanos, foi o organizador do evento, que teve uma programação bastante diferenciada: com lançamento de livro, apresentação de filme e manifesto público.

**Consulta Pública
ao novo
Código de Ética
Confira e dê sua sugestão**

Chamada disponibilizada em www.pol.org.br durante o mês de outubro de 2004.

Código de Ética: sociedade é chamada a se manifestar

O Conselho Federal de Psicologia disponibilizou no www.pol.org.br, ao longo do mês de outubro, Consulta Pública sobre a minuta do novo Código de Ética Profissional do Psicólogo.

A consulta, aberta a qualquer pessoa interessada em se manifestar sobre o conteúdo da matéria, pôde ser atendida por meio de formulário específico disponibilizado no site, onde esteve também disponível para leitura a nova proposta para o Código de Ética. O objetivo foi o de que opiniões consensuais norteassem a definição do novo Código.

No final do setembro, a minuta do novo Código de Ética do Psicólogo foi divulgada por alguns veículos de imprensa, destacando-se, especialmente, o ponto do sigilo profissional.

As repercussões advindas da minuta do novo Código tocaram a complexa questão de como se conciliarem

liberdades individuais com os direitos coletivos: grande problema que não está restrito apenas à categoria dos psicólogos, mas que é amplo e reflete a

As repercussões advindas da minuta do novo Código de Ética refletem contradições da própria sociedade brasileira: como conciliar liberdades individuais e direitos coletivos?

contradição vivida, hoje, pela própria sociedade brasileira. Por ser assunto polêmico, o tema sobre sigilo profissional catalisou esta contradição, que está

sendo responsabilmente enfrentada no âmbito do Sistema Conselhos.

Há dois anos a minuta do novo Código de Ética Profissional do Psicólogo vem sendo discutida em fóruns regionais chamados pelos Conselhos Regionais de Psicologia e abertos a toda a categoria. Após a realização do Fórum Nacional de Ética, composto por psicólogos de todo o país, uma comissão de professores de várias universidades brasileiras foi convocada pelo CFP, para redigir a minuta do novo Código. O processo, no entanto, ainda não está concluído e, portanto, está sujeito a sofrer alterações no âmbito dos CRPs.

Com a consulta pública aberta, o CFP demonstrou entender ser fundamental a manifestação da sociedade sobre o Código de Ética dos psicólogos, como também sobre todos os códigos, de todas as profissões.

CFP responde a matéria da Istoé

Em sua primeira edição do mês de novembro, a revista Istoé publicou matéria acerca de ação impetrada pelo Ministério Público contra a comercialização e o uso de testes psicológicos no Brasil. Entendendo equivocada a matéria, o CRP encaminhou à editoria da revista carta-resposta publicada na edição de 17/11/04. Lei a íntegra da carta enviada:

Senhor Editor;

Com relação à matéria publicada na edição 1830, de 3/11/04, "Proibição à vista: Procuradoria pede a suspensão da venda e do uso dos testes psicológicos no Brasil", o Conselho Federal de Psicologia

informa que o quadro da situação dos testes psicológicos hoje no país é bastante diferente do quadro que existia em 2003, apresentado na matéria: atualmente os psicólogos brasileiros só podem utilizar testes psicológicos que foram aprovados nas análises realizadas pelo CFP, baseadas em critérios científicos adotados internacionalmente. Além disso, o Conselho Federal de Psicologia não tem dúvidas sobre a sua competência e legitimidade em fiscalizar a qualidade e o uso dos testes psicológicos no Brasil, assim como a quaisquer outros procedimentos afetos ao exercício profissional do psicólogo, em função da sua natureza autárquica, conferida pela Lei no. 5.766/71. Infeliz-

mente, embora cite o CFP, Istoé não nos consultou acerca da questão.

Dado o controle que o Conselho Federal de Psicologia hoje já tem implementado, com relação aos testes psicológicos em uso no país, de forma absolutamente isenta, acreditamos certamente que não será necessária a retirada de qualquer teste psicológico de circulação do mercado brasileiro.

A análise atualizada dos testes psicológicos em uso no país está disponível como utilidade pública no www.pol.org.br, ícone Satepsi.

Ricardo Figueiredo Moretzsohn
Presidente do CFP
Brasília-DF

Retirado o projeto da Psicanálise

Depois de várias manifestações contrárias feitas pela Articulação das Entidades Psicanalíticas, com o apoio do CFP, o deputado Simão Sessim (PP/RJ), autor do Projeto de

Lei que visava a regulamentação da profissão de psicanalista, solicitou à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados a retirada do PL da pauta.

No documento, o deputado

justifica a retirada do PL 2347 com base em "uma análise mais criteriosa e ampla discussão da matéria, tendo em vista tratar-se de tema extremamente complexo".



CFP apóia iniciativa da OAB

Em correspondência remetida ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Federal de Psicologia parabenizou a OAB por sua iniciativa de encaminhar à sociedade e ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que regulamenta o Art. 14 da Constituição Federal, que trata do plebiscito, referendo e das iniciativas populares.

No documento, o presidente do CFP fala da importância deste PL como iniciativa de cunho democrático: “tanto o plebiscito, de iniciativa do Senado Federal, como o referendo, em que o povo aprova ou rejeita o texto de

Tanto o plebiscito, como o referendo e as iniciativas populares são matérias que, no entendimento do CFP, vêm ao encontro dos objetivos da sociedade brasileira, no contexto de uma Campanha Nacional em Defesa da República e da Democracia.

emendas constitucionais, leis, acordos, pactos, convenções, tratados ou protocolos internacionais de qualquer natureza, bem como as iniciativas populares, conferindo-lhes prioridade de tramitação sobre todos os demais projetos de lei, são matérias que vêm ao encontro dos objetivos da sociedade brasileira, no contexto de uma Campanha Nacional em Defesa da República e da Democracia”.

Na carta o CFP também propôs a sua adesão, de forma participativa, à Campanha Nacional, especialmente na defesa dos itens plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Contran: Câmara Temática discute educação cidadã para o trânsito

A **Câmara Temática** de Educação e Cidadania do Contran - Conselho Nacional de Trânsito, da qual participa o Conselho Federal de Psicologia, remeteu ao Denatran minuta de recomendações ao Programa de Educação e Cidadania no Trânsito - PECT. Segundo o documento, a educação cidadã para o trânsito representa um caminho para que, a partir dos conflitos gerados nos deslocamentos no ambiente da circulação, os sujeitos possam vir a fazer escolhas que tenham como base a ética pública, uma ética que privilegie o coletivo, que respeite o espaço público e que vislumbre ações cujos valores estejam atrelados à igualdade, equidade, tolerância, solidariedade, respeito às diferenças, reconhecimento da diversidade, Direitos Humanos e liberdade.

“A proposta representa um avanço na questão de educação para o trânsito, já que integra conceitos emancipatórios de educação e cidadania. Nela, a noção policialesca de educação parece estar sendo superada e espera-

se que novas ações de educação para o trânsito sejam efetivadas, para que seus efeitos possam congregar valores que priorizem a vida humana”, diz a psicóloga Gislene Macedo.

A educação cidadã para o trânsito pode nortear escolhas baseadas na ética pública, que privilegiem o coletivo, que respeitem o espaço público e vislumbrem ações cujos valores perpassem pela igualdade e pela equidade.

O conteúdo - as recomendações encaminhadas ao Denatran apresentam alguns princípios inovadores.

Segundo o documento, a educação

para o trânsito deve ser vista de forma integral, contemplando a educação para a cidadania e incentivando a cultura da paz e do respeito à vida e ao meio ambiente.

Ainda segundo o documento, devem ser respeitadas as características regionais, incentivando-se a autodeterminação e o atendimento às necessidades locais, o que implica na não formatação única, para todo o território brasileiro, da política de trânsito, e no respeito à diversidade de concepção.

Em sua manifestação, a Câmara Temática espera que o Denatran possa garantir o respeito à diversidade rural, urbana, étnica, racial, de gênero e classe, no desenvolvimento das ações de formação, de capacitação e de campanhas e, por fim, possa fortalecer e criar formas de participação do cidadão na criação de mecanismos de controle social para o cumprimento do Programa Nacional de Trânsito.

As Câmaras Temáticas são órgãos técnicos vinculados ao Contran e têm como finalidade estudar e oferecer sugestões com embasamento técnico consistente sobre assuntos específicos para a tomada de decisões. Além da Câmara Temática de Cidadania e Educação, o CFP tem assento na Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente.

Abaixo-assinado Projeto de Lei

O PLS25/02 foi aprovado na CCJ, do Senado Federal, no último dia 30 de junho, quando a relatoria coube ao senador, também médico, Tião Viana.

A partida está dada: a grande meta agora, para a campanha nacional contra o Projeto de Lei do Ato Médico, é a coleta nacional de assinaturas contra o PL. A campanha, deflagrada pela Comissão Nacional contra o **PL 25/02**, quer ganhar a adesão em massa da sociedade civil, além dos profissionais da saúde, e entregar, ainda em dezembro deste ano, um abaixo-assinado coletivos à presidência do Senado Federal:

“Queremos mostrar que a nossa campanha é não-corporativista. Queremos discutir saúde coletiva, e ‘não para o bolso de quem vai o cheque’. Por isso acreditamos na adesão da sociedade ao abaixo-assinado. Se o PL passar, da forma como ele se encontra, será extremamente nocivo aos usuários do Sistema Único de Saúde e à população de um modo geral”, afirma o Coordenador Nacional da Campanha contra o Projeto de Lei do Ato Médico, psicólogo Ricardo Figueiredo Moretzsohn.

imagem. Em caso de dificuldade, qualquer pessoa interessada pode digitar seu próprio abaixo-assinado, com o texto original do abaixo-assinado, e coletar suas assinaturas.

Manifestações do 15 de setembro

Antes da campanha nacional de assinaturas, as 12 profissões que compõem a Comissão Nacional contra o Projeto de Lei do Ato Médico (Biologia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Odontologia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Técnicos em Radiologia) organizaram, em nível nacional, o Dia Nacional de Luta contra o PL.

O formulário para abaixo-assinado pode ser impresso a partir do site www.naoaoatomedico.com.br, onde está disponível para *download* em duas versões, com ou sem

ABAIXO-ASSINADO PELA REJEIÇÃO DO PLS 025/02 (PROJETO DE LEI DO ATO MÉDICO)

Nós, abaixo-assinados, vimos a público manifestar o nosso repúdio ao Projeto de Lei 025/02, conhecido como PL do Ato Médico, cuja proposta de regulamentação, em tramitação no Congresso Nacional, representa um grave retrocesso nas práticas em saúde e nas relações profissionais.

Solicitamos que os parlamentares brasileiros rejeitem o PLS 025/02, bem como qualquer outro projeto de conteúdo semelhante, e que, ao analisarem qualquer matéria referente à saúde, respeitem os princípios constitucionais do SUS, resguardando o acesso à saúde integral, à multiprofissionalidade e à interdisciplinaridade.

Pela saúde integral para todos!

Nº	NOME	IDENTIDADE	EMIÇÃO/ESTADO	ASSINATURA
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				

Entregue este formulário num dos pontos indicados no www.naoaoatomedico.com.br
Amplie esta campanha, recolhendo novas assinaturas!

SENADO FEDERAL - ABAIXO ASSINADO PLS 25/02

Rede Sarah

Em carta pública remetida à população, a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação posicionou-se contra o Projeto de Lei do Ato Médico.

Assinada pelo Cirurgião-Chefe da Rede Sarah, Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, a manifestação comunica também de carta já remetida pela Rede Sarah aos parlamentares, posicionando os 5 mil profissionais que compõem a Rede contra o PLS 25/02.

Veja a íntegra da carta remetida aos pacientes e parlamentares:

“Prezado Parlamentar

Em nosso nome e em nome dos 5.000 profissionais de saúde que atuam na Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, em seis unidades da Federação, realizando mais de um milhão e trezentos mil atendimentos de brasileiros, totalizando acima de dezesseis milhões e quinhentos mil procedimentos por ano, protestamos veementemente contra o Projeto de Lei que define a atribuição do médico, ora em tramitação no Senado Federal.

nacional contra o do Ato Médico!

A data, que marcou a discussão aberta com a sociedade, levou cerca de 100 mil pessoas às principais cidades em todo o país e obteve ampla repercussão na mídia. “Não queremos fazer *lobby* em gabinetes, queremos a discussão aberta com a sociedade”, afirma, pelo Conselho Federal de Educação Física, Lúcio Rogério dos Santos.

Em reação, o Conselho Federal de Medicina tirou, como decisão do Encontro Nacional de Conselhos de Medicina, conforme informa o jornal *A Folha de São Paulo*, que os médicos devem tentar o convencimento dos parla-



Minas Gerais

mentares, quando estes estiverem se consultando nos consultórios médicos. É o *lobby* de consultório. “Nosso caminho é outro”, afirma Ricardo Figueiredo Moretzsohn: “não vamos buscar o subterrâneo dos *lobbies*. Queremos mostrar para a sociedade o quanto este Projeto é danoso. E vamos mostrar isso aos parlamentares nas discussões públicas, nas manifestações públicas, nos nossos abaixo-assinados”.

Para serem entregues ainda este ano, os formulários assinados devem chegar à sede do Conselho Federal

de Psicologia, em Brasília, antes do início do recesso legislativo.



Rio de Janeiro

Lúcia Vânia é a nova relatora do Projeto



Pará

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO.) avocou a si, no último dia 20 de outubro, a relatoria do Projeto de Lei do Ato Médico.

No momento em que os médicos recrudescem na luta a favor do Projeto, é preciso que estudantes, profissionais da área de saúde e a própria sociedade civil manifestem-se junto à Comissão, dizendo não a este Projeto de Lei. No www.naoaoatomedico.com.br, ícone Campanha Virtual, pode-se enviar mensagens aos senadores, contra a tramitação do Projeto. O e-mail da agora relatora do Projeto é lucia.vania@senadora.gov.br.

Profissionais e estudantes também podem procurar o escritório da senadora, no estado dela, em Goiás.

posiciona-se contra o PL

A Rede Sarah, como outras instituições de renome internacional, se projetou implantando desde os seus primórdios uma atuação multidisciplinar, na qual vários profissionais de várias áreas do conhecimento se dedicam à reabilitação de pessoas que ficaram incapacitadas.

Interdisciplinaridade implica em responsabilidade e não em uma visão vertical da ação de saúde. A aprovação do Projeto de Lei do Ato Médico, como proposto, coloca o Brasil na Idade Média, na contramão de tudo o que está sendo feito no mundo.

Além do mais, queremos declarar enfaticamente: é imprescindível a rejeição pura e simples de tal Projeto e não sua “amenização”, como tem sido feito em relatorias. Este projeto significa na prática a extinção da possibilidade de qualquer progresso não só na reabilitação, mas em qualquer área da saúde.

“A medicina é uma profissão conhecida desde a antiguidade”. Pergunta-se: É a essa antiguidade que se quer voltar? Se for assim, para vergonha de nosso país só nos restará a ditadura do corporativismo médico e o obscurantismo que disto resultará.

A Rede Sarah tem certeza que a sua sensibilidade e ação evitarão o retrocesso e conta com a sua enérgica rejeição a este projeto de Lei.”

Mais de 1 milhão de correspondências foram enviadas pela Rede Sarah aos seus ex-pacientes.



Educação para todos: o que os psicólogos têm a ver com isso?

Desde meados da década de 90, tanto na legislação brasileira sobre educação como na arena dos debates e publicações acadêmicos, um dos assuntos em pauta é a escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Em que pese haver consenso quanto ao valor ético e político presente na defesa da igualdade de direitos e de oportunidades dessa população no campo do acesso e da permanência na rede regular de ensino, não há tanta proximidade de pensamento no que concerne às maneiras defendidas para sua efetivação.

A possibilidade de que a classe comum seja o espaço de escolarização de todos os alunos convive com a defesa de que esta deva ser apenas uma das opções de atendimento daqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, ainda que prevista como a via preferencial, tal como preconizado pela Constituição Federal de 1988.

Além da decisão quanto ao *locus* de seu atendimento escolar, é preciso que sejam definidos os papéis atribuídos à educação especial e como sua oferta deve estar organizada no âmbito das políticas educacionais.

Assim, atualmente coexistem, pelo menos, duas propostas: uma, em que os conhecimentos teóricos e práticos acumulados pela educação especial devem estar a serviço dos sistemas de ensino e, portanto, das escolas, e disponíveis a todos os professores, alunos e demais membros da comunidade escolar, que a qualquer momento podem requerê-los; outra, em que a educação especial deve se configurar como um conjunto de recursos e serviços educacionais especializados, dirigidos apenas à população escolar que apresenta demandas que o ensino comum não tem conseguido contemplar.

Diante da abertura dessas duas possibilidades de encaminhamento escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, os papéis dos professores e de outros profissionais vêm requerendo outros contornos.

No que tange especificamente aos alunos historicamente denominados

como “deficientes mentais”, a responsabilidade por sua identificação, prognóstico e encaminhamento foi atribuída legalmente aos psicólogos, em muitos dos estados brasileiros. No plano tanto da legislação quanto da legitimação de tal incumbência, eram esses os profissionais que, por fim, determinavam a inserção ou permanência dessa população e de outros alunos, muitas vezes indevidamente identificados como “deficientes mentais”, em serviços de educação especial, de caráter exclusivo, tais como classes e escolas especiais ou instituições especializadas.

...o planejamento de políticas públicas de educação deve garantir a permanência [do aluno] como resultado de investimento na melhoria da qualidade de ensino.

Esses procedimentos de identificação de necessidades educacionais especiais e de encaminhamento têm sido revistos. Do papel de único agente definidor da escolaridade de alunos, o psicólogo é um dos possíveis parceiros do professor quando se faz necessário pensar em intervenções específicas com vistas a garantir sua permanência na classe comum ou que sua escolaridade não seja interrompida ou realizada apenas em outros espaços educacionais.

Tomado esse debate como centro, está prevista na legislação nacional que a avaliação pedagógica dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais deve ser realizada no processo educativo, objetivando identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando esse processo em suas múltiplas dimensões. Essa tarefa deve estar sob a responsabilidade de uma equipe de avaliação que conte com a

participação de todos os profissionais que acompanham o aluno.

É preciso apontar que o centro dessa questão é o necessário investimento na formação inicial e no aperfeiçoamento dos professores e dos psicólogos. Suas práticas devem superar os procedimentos instituídos até o momento, que entregam o aluno à sua própria sorte ou o responsabilizam pelo fracasso na escola e, como prescrição, o afastam da classe comum e do convívio social, mantendo-o nessa condição, não raras vezes, por muitos anos ou até por toda a vida.

Se, no plano legal, constata-se desde 1988 a reiteração do princípio do atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente na rede regular de ensino, o planejamento de políticas públicas de educação deve garantir, além da universalização de seu acesso, a sua permanência como resultado de investimento na melhoria da qualidade de ensino. É preciso, portanto, que os direitos já assegurados ultrapassem o plano do meramente instituído legalmente pela conquista de “uma educação escolar de qualidade para todas as crianças e jovens, capaz de garantir sua permanência na escola e apropriação/produção de conhecimento, tendo como alvo possibilitar-lhes participação na sociedade” (Sousa e Prieto, 2002).

Essas mudanças devem ser assumidas como parte das responsabilidades tanto da sociedade civil quanto dos representantes do poder público, pois se, por um lado, garantir educação de qualidade para todos implica somar atuações de várias instâncias, setores e agentes, por outro seus resultados poderão ser desfrutados por todos, já que a educação escolar pode propiciar meios que possibilitem transformações na direção da melhoria da qualidade de vida da população. E isso é de interesse de todos!



Profª Drª Rosângela Gavioli Prieto – FEUSP/EDA – 2004

Congresso Latino-americano da Psicologia

São Paulo será sede, em abril de 2005, do I Congresso Latino-americano da Psicologia, que está sendo organizado pelas instituições que integram a União Latino-americana de Psicologia - Ulapsi, inclusive o CFP.

Durante quatro dias, profissionais e estudantes vão debater a realidade atual da Psicologia: os esforços necessários para a construção de conhecimentos e práticas que possam responder de modo adequado às necessidades e urgências da sociedade.

Mesas redondas, apresentação de painéis, reuniões e debates, dentre outros momentos, farão parte da programação do evento, que deve propiciar o intercâmbio de conhecimento, das práticas em Psicologia, de experiências

e a troca de informações entre entidades e participantes de diversos países: este I Congresso deverá ser um espaço



de diálogo e de luta para que a Psicologia possa, em definitivo, participar na construção de um mundo melhor.

Há a perspectiva de se “discutir a relação entre a ciência e a profissão na

América-latina e de se estabelecerem relações entre os países para a construção de uma Psicologia latino-americana, com identidade profissional e científica”, diz o conselheiro Odair Furtado, do CFP. “Além disso, existe a expectativa de lançamento das cátedras, que deve reunir os melhores pensadores da área, para abriremos discussões sobre Direitos Humanos, Psicologia política, Psicologia da saúde e história da Psicologia”.

As inscrições para o congresso podem ser feitas somente pela internet, no site www.ulapsi.org.br. Mais informações pelo telefone (11) 3061-9494 - ramal 101 ou pelo e-mail congresso@ulapsi.org.br

VI Congresso de Psicologia de Trânsito define “Carta de Campo Grande”

Dentre os diversos resultados do Congresso, a Carta de Campo Grande, que será entregue para várias entidades que buscam a melhoria no trânsito.

Mudança. Esta é a melhor palavra para definir o VI Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito, que aconteceu no mês de novembro, em Campo Grande, 15 anos após a última edição do congresso na área. Foram várias horas de estudos, debates e palestras sobre Compromisso Social com a Mobilidade Humana. Desde 1987 não acontecia nenhum evento desse porte para colocar a Psicologia brasileira em conexão direta e crítica com uma das maiores questões do nosso cotidiano.

A realização do congresso reverte-se em relevância social, num momento que estão sendo discutidas as políticas nacionais de trânsito em todo o Brasil. A nova feição da Psicologia do trânsito, discutida no evento, contribuirá para o desenvolvimento de programas de educação para o trânsito, nas avaliações psicológicas para os novos condutores de veículos, na

elaboração de políticas públicas para a mobilidade humana nos espaços urbanos, na conscientização da população quanto ao seu papel e exercício de cidadania. Cerca de 400 congressistas participaram do evento, vindos de 23 estados mais o Distrito Federal,



compromisso social com a mobilidade humana

sendo que quase metade dos participantes foi de estudantes, revelando o interesse das novas gerações pelo tema. As discussões foram diversas e a partir dos debates surgiu a “Car-

ta de Campo Grande”, compilação de propostas feitas no congresso. A carta será entregue a diversos agentes nacionais do trânsito. Dentre os objetivos do VI Congresso, destacaram-se: comunicar, refletir e discutir acerca das novas possibilidades de intervenção dos psicólogos nas questões de trânsito; reunir os profissionais da área, estudando as possibilidades de ações interdisciplinares com outras profissões e ciências; desenvolver uma posição crítica diante da atuação dos psicólogos de trânsito; e disseminar conhecimentos relacionados às responsabilidades políticas do psicólogo de trânsito.

Os participantes do congresso saíram imbuídos da necessidade de serem multiplicadores das discussões propostas e de estarem se engajando em ações futuras que priorizem a vida e a redução de acidentes de trânsito.

A dimensão subjetiva na construção de um outro mundo possível

De 26 a 31 de janeiro acontece em Porto Alegre o Fórum Social Mundial 2005. Nesta edição do evento o CFP vai estar conduzindo o Seminário "O papel da subjetividade num outro mundo possível: construindo uma outra saúde mental", com foco nas discussões sobre a vida em manicômios, abrigos, prisões; em territórios urbanos; e na vida da gente da terra.

Segundo o conselheiro do CFP Paulo Maldos, as expectativas para o evento estão no sentido de se construir, na ocasião, com maior clareza, as alternativas ao neoliberalismo e à globalização excludente: "este tipo de política deixa, cada vez mais, um rastro de miséria e de falta de perspectivas, tanto para os Estados nacionais da periferia como para nossos povos. Com uma maior participação popular no FSM 2005, temos como expectativa ir trocando experiências concretas, ir construindo análises e elaborando propostas que possam ir tomando corpo,

como uma agenda política com força histórica para mudar a correlação de forças, dentro de cada país e no plano global, no rumo da construção de uma sociedade mais justa e solidária".

A importância do Fórum para o CFP reside na possibilidade de constituição de um território, prático e teórico, de articulação de concepções e de política para as necessárias mudanças da ordem vigente.

Em seu seminário, o CFP pretende discutir, de acordo com cada eixo, circulação humana, segurança/violência, trabalho/desemprego; saúde mental no mundo, manicômios judiciais, redução da idade penal, prisões; vida nas

barragens, fundamentalismos, dentre outras problemáticas.

Paulo Maldos ainda ressalta que: "a importância do FSM para o CFP é a constituição deste território, prático e teórico, de articulação de concepções, como de articulação política para as necessárias mudanças, onde todos os psicólogos podem introduzir as questões relativas à subjetividade e às articulações destas com a manutenção da ordem vigente e, por outro lado, com a transformação desta, para a construção de um mundo mais justo e humano".

O Fórum - O Fórum Social Mundial 2005 será construído sob uma nova perspectiva e metodologia, com o objetivo de ampliar ao máximo a possibilidade de convergência e multiplicar os diálogos durante o evento. As inscrições para o FSM 2005 já estão abertas para organizações e indivíduos.

Maiores informações podem ser obtidas através do site do Fórum.

www.forumsocialmundial.org.br



CFP renova parceria com TV Futura

O CFP renovou parceria com o canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, para edição de novos programas da série *Não é o que Parece!* A previsão é de que, até o final de abril de 2005, mais dez programas da série tenham sido gravados e editados.

A parceria anterior resultou em

oito programas, de aproximadamente 25 minutos, sobre diversos temas que versam sobre a dimensão subjetiva da realidade e de fatos sociais. A finalidade dos programas é enriquecer análises da realidade social a partir da perspectiva da Psicologia e possibilitar que entidades que desenvolvem trabalhos

educacionais e de formação política possam incluir os vídeos como material pedagógico em seus trabalhos.

De forma simples, os programas falam das contribuições que a Psicologia pode dar em relação à transformação do mundo em que vivemos.



CFP apóia Prefeito Amigo da Criança

Nas vésperas das eleições municipais deste ano, o CFP realizou parceria com a Abrinq, apoiando o programa Prefeito Amigo da Criança, que divulga candidatos às prefeituras que firmaram, em suas plataformas eleitorais, os termos do compromisso

"Prefeito Amigo da Criança".

Dentre os termos do programa, destacam-se o compromisso de o prefeito conhecer a realidade da situação da infância e adolescência no município, considerando as especificidades urbanas, rurais, portadores de necessidades especiais, indígenas, quilombolas, além das questões de gênero e equidade; planejar ações, definindo

programas, projetos e atividades voltadas para a melhoria da situação da infância e da adolescência no município; e fortalecer o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e os conselhos tutelares do município, assim como os conselhos de saúde, educação e assistência social, dentre outras ações.

Direitos Humanos terá observatório

Saúde mental e Direitos Humanos ganharão espaço na internet. Está em fase de finalização o Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos – OSM, desenvolvido pela Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, em parceria com o CRP de São Paulo.

Previsto para entrar no ar em dezembro deste ano, o site será um observatório de Direitos Humanos, com seções de notícias relacionadas à saúde mental e manutenção de fórum, onde as pessoas poderão trocar informações, experiências, sugestões e se manifestar sobre os assuntos ligados à área de Direitos Humanos. Destaques especiais terá a seção “denúncia”,

espaço contra violações aos Direitos Humanos: ali os cidadãos poderão levar ao conhecimento público casos de abusos e maus tratos contra portadores de sofrimento mental, com a garantia de anonimato.



“Existe uma série de denúncias que só aparecem quando há destaque na mídia. O serviço de denúncia do site pretende dar visibilidade a estes casos e também possibilitar o acom-

panhamento daquilo que vem sendo feito pelas instâncias públicas em relação a esses casos”, diz o psiquiatra Mark Napoli, coordenador do colegiado da Rede Internúcleos.

Através da vigília no site, a Rede estará ajudando as vítimas e suas famílias, evitando que novas situações de abuso e violação aconteçam. Segundo Napoli, “quando há visibilidade, os casos tendem a diminuir. É preciso dar um basta às situações de abuso e maus tratos. A sociedade precisa saber que ainda hoje acontecem graves violações aos Direitos Humanos, especialmente contra portadores de sofrimento mental”.

O endereço do site é:

www.osm.org.br

Saúde Mental e Direitos Humanos em Congresso Internacional



O CFP marcou presença no III Congresso Internacional de Saúde Mental, ocorrido em Buenos Aires, no período de 11 a 14 de novembro. Durante o evento, o CFP pôde apre-

sentar os diversos trabalhos que vêm sendo realizados pela instituição no campo da Reforma Psiquiátrica e dos Direitos Humanos.

Na ocasião, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer um pouco das campanhas, publicações, dos vídeos e eventos que o CFP tem desenvolvido na área.

“No Congresso tivemos a oportu-

nidade de mostrar o que a Comissão de Direitos Humanos do CFP vem fazendo em prol da Saúde Mental e dos Direitos Humanos. Mas podemos mostrar que ainda há muito a fazer. Portadores de sofrimento mental têm seus direitos violados há mais de um século”, relata o presidente da Comissão, Marcus Vinícius de Oliveira.

Congresso Norte-nordeste em 2005

De 25 a 28 de maio de 2005 vai acontecer em Salvador, BA., o IV Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. Sob o tema “Psicologia: novas direções no diálogo com outros campos de saber”, esta edição do

evento deve assegurar um espaço para discussão da produção e divulgação do conhecimento e da prática psicológica, de forma a estreitar laços entre o mundo acadêmico e a prática profissional, além de criar um espaço proficuo

para atualização dos profissionais mais experientes.

O Congresso Norte-nordeste é um evento promovido pelo Departamento de Psicologia da UFBA e pelo CRP da Bahia.

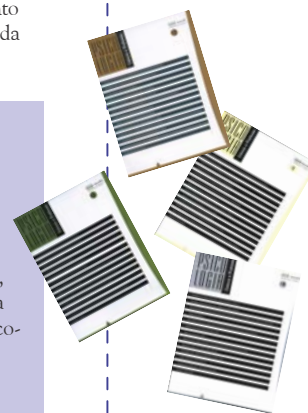
Revista Psicologia: Ciência e Profissão on line!

No final do ano de 2003, a revista *Psicologia Ciência e Profissão* tornou-se on line com a meta de democratizar o acesso às informações produzidas pelo periódico, tendo em vista o crescente número de psicólogos e estudantes

de Psicologia, por todo o país. Assim, a *Ciência e Profissão* agora pode ser baixada do www.pol.org.br. No site estão disponíveis as quatro edições de 2003 e a edição publicada em 2004.

Publicação trimestral, a revista

traz artigos que remetem à atuação profissional do psicólogo, à pesquisa, ao ensino e à reflexão crítica sobre a produção de conhecimentos em Psicologia. Boa leitura!



Campanha contra a Baixaria reduz Ibope em grandes capitais

A Campanha Nacional contra a Baixaria nas TV's, realizada no último dia 17 de outubro, pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, com o apoio do Conselho Federal de Psicologia e de diversos segmentos da sociedade civil, pode comemorar: além de ter obtido, para uma primeira edição de campanha, repercussão considerável em nível nacional, obteve, na Grande São Paulo, redução de 14 pontos percentuais no Ibope: "a população está demonstrando que precisamos resgatar o respeito aos Direitos Humanos na programação da TV brasileira. O povo brasileiro tem presenciado, na maioria dos programas, a incitação ao crime; a discriminação por raça, sexo e orientação sexual; a prévia condenação de meros suspeitos; a exploração sensacionalista da miséria humana", afirma o coordenador da campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, deputado Orlando Fantazzini (PT/SP).

A campanha solicitou que a população desligasse os televisores no dia 17 de outubro, um domingo, no horário das 15 às 16 horas

A campanha - A Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania é uma iniciativa da sociedade civil e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. Todo cidadão que se sentir



lesado por algum programa veiculado nas TV's abertas pode apresentar sua denúncia à direção da campanha, através do 0800619619 ou do site www.eticanatv.org.br. Nas agências dos Correios existe ainda uma carta pré-franqueada, chamada Carta Cida-

dã, que pode ser usada para as denúncias. Com base nas denúncias recebidas, periodicamente a Campanha solta os seus rankings, que já estão em VI edição, com os piores da TV. A meta é desestimular o patrocínio comercial a programas assim, para forçá-los a se redirecionarem. O último ranking da Baixaria apontou o programa do João Kléber, Tardes Quentes, como o pior do Brasil.

"Ao argumento falacioso das emissoras de TV, de que estamos querendo fazer censura no Brasil, respondemos com tranquilidade que não é censura o que queremos, mas qualidade no que entra em nossas casas; não o pior da natureza humana que puder ser mostrado. As programações das TV's são fundamentais para a transmissão de valores, normas, cultura, formar opiniões e condutas do cidadão e, assim, devem contribuir para se viver melhor", afirma o presidente do CFP, Ricardo Figueiredo Moretzsohn.

Prêmio Monográfico divulga resultados



O CFP divulgou a lista dos vencedores do Prêmio Monográfico Dante Moreira Leite, que, em sua quinta edição, teve como tema *Psicologia e Comunicação Social: produção de sujeitos, subjetividade e identidades culturais*.

Para ambas as categorias (psicólogo e estudante), a premiação foi

de R\$ 3.000,00, R\$ 1.500,00 e R\$ 1.000,00, para os primeiros, segundos e terceiros colocados, respectivamente. A data da entrega dos prêmios será divulgada em breve.

A seguir, a lista dos vencedores:

Categoria Psicólogo

- 1º Lugar - Rodrigo Lages e Silva - Porto Alegre/RS
- 2º Lugar - Ilka de Araújo Soares - Juiz de Fora/MG
- 3º Lugar - Rafael Andrés Villari - Florianópolis/SC

Categoria Estudante

- 1º Lugar - Marcelo Deiro Prates da Silveira - Garopaba/SC - UFSC

- 2º Lugar - Renata Lira dos Santos - Recife/PE - UFPE

- 3º Lugar - Janaila dos Santos Silva - Maceió/AL - UFAL

Menção Honrosa

Alguns trabalhos, apesar de não terem sido classificados, serão publicados na revista *Psicologia, Ciência e Profissão*, em razão de reconhecimento ao mérito. Confira a lista:

- categoria psicólogo: Rodrigo Moraes - Rio de Janeiro/RJ

- categoria estudante: Eliane Maria Polidoro da Costa Cromack - Florianópolis/SC - Unisul

- categoria estudante: Cristina Wulffhorst - São Leopoldo/RS - Unisinos.

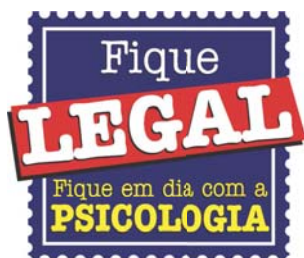
Fique Legal com a Psicologia!

As novas gestões dos Conselhos Regionais e do Federal de Psicologia selaram o compromisso de avançar e criar novos projetos, transformando em ações as diretrizes geradas no V Congresso Nacional de Psicologia, o V CNP, e mantendo em vista o compromisso social assumido pela Psicologia brasileira.

Para que os Conselhos continuem a desenvolver suas atividades voltadas para o fortalecimento da profissão, no sentido de uma inserção mais qualificada e compromissada com as necessidades da sociedade, é preciso apoio dos psicólogos. Esse apoio envolve acompanhamento, participação e cumprimento das obrigações em relação ao tributo anual. "A anuidade que cada psicólogo paga garante a manutenção e implementação dos projetos desenvolvidos pelos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia", esclarece o tesoureiro do CFP, Francisco Viana.

Psicólogo, fique legal com a Psicologia! Mantenha em dia sua anuidade e atualize seus dados cadastrais, para estar em dia com a sua profissão.

E conheça os projetos da Psicologia brasileira no www.pol.org.br, o site da Psicologia.



ABEP em defesa da formação

O primeiro Seminário Nacional sobre as Diretrizes Curriculares, realizado em Brasília, no início do segundo semestre, reuniu um expressivo número de coordenadores de cursos de graduação em Psicologia de várias regiões do país, que tiveram a oportunidade de compartilhar experiências e discutir as possibilidades futuras para os cursos, à luz das novas diretrizes curriculares. Na ocasião foi proferida a conferência "O debate sobre a formação em Psicologia no Brasil e algumas características das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Psicologia", pelo Dr. Jefferson Bernardes, da Unisinos. Os textos produzidos pelos grupos de trabalho, assim como os pro-

feridos pelo conferencista e pelos participantes da mesa redonda, encontram-se à disposição dos associados na página da ABEP.



A ABEP promoveu, em meados do mês outubro, na sede do CRP de São Paulo, o *Seminário Nacional de Cursos de Especialização em Psicologia: especialização e cidadania*. O objetivo do seminário foi propiciar um espaço de discussão e encaminhamento de propostas relacionadas à organização e à representação da formação de psicólogos em nível de especialização.

A ABEP tem intensificado sua participação em eventos da Psicologia brasileira com o objetivo de ampliar a discussão sobre a formação em Psicologia no país.

www.abepsi.org.br



Banco Social busca novas parcerias

A Coordenação Nacional do Banco Social de Serviços esteve em audiência, no final do mês de setembro, na Subsecretaria Promocional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, discutindo os processos de municipalização das medidas sócioeducativas em meio aberto e a avaliação da parceria entre o Banco Social e a Subsecretaria.

Em Brasília o BSS esteve também em audiência no Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN, onde apresentou o Projeto Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário e em audiência no Ministério da Educação - MEC, onde apresentou proposta de parceria para o Projeto Intervenções dos Psicólogos nos Processos Educacionais.

www.bancosocialpsi.org.br



I Congresso Latino-Americano da Psicologia - Ulapsi

Data: 20 a 23 de abril de 2005
 Cidade: São Paulo - SP - Brasil
 Telefone.: 11) 3061-9494, ramais 101 ou 129
 Site: www.ulapsi.org/congresso

V Fórum Social Mundial

Data: 26 a 31 de janeiro de 2005
 Cidade: Porto Alegre - RS - Brasil
 Site: www.forumsocialmundial.org.br

V Congresso do NESME - Núcleo de Estudos em Saúde Mental, IV Encontro Paulista de Psiquiatria e Saúde Mental e VII Jornada da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo

Data: 12 a 15 de maio de 2005
 Endereço: Rádio-hotel Serra Negra
 Cidade: São Paulo - SP - Brasil
 Site: www.spagesp.hpg.ig.com.br

II Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica: Desafios para Formação, Prática e Pesquisa

Data: 17 a 20 de maio de 2005
 Endereço: Hotel Serrano
 Cidade: Gramado - RS - Brasil
 Telefone.: 51) 3226-3111
 E-mail: ibapnet@terra.com.br

IV Congresso Norte-Nordeste de Psicologia

Data: 25 a 28 de maio de 2005
 Cidade: Salvador - BA - Brasil
 Site: www.crp05.org.br

X Encontro Paranaense e V Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais

Data: 26 a 28 de maio de 2005
 Cidade: Curitiba - PR - Brasil
 Site: www.centroreichiano.com.br

30º Congresso Interamericano de Psicologia

Data: 26 a 30 de junho de 2005
 Cidade: Buenos Aires - Argentina
 E-mail: info@sip2005.org.ar

IV Congresso Mundial de Psicoterapia

Data: 27 a 30 de agosto de 2005
 Cidade: Buenos Aires - Argentina
 E-mail: info@4cmp.org.ar



Entretantos

*Em cada palavra, muitas leituras;
 Na vida, muitos sentidos.*

O CRP de Minas Gerais publicou a obra *Entretantos*, de autoria do psicólogo Bartolomeu Campos de Queirós.

Em linguagem de cunho literário, a obra busca propiciar reflexões acerca da atuação profissional do psicólogo, mergulhando em conflitos, contradições e encontros que a experiência humana possibilita.

Informações: comunica@crp.04.org.br

Direitos Humanos: uma amostra das unidades psiquiátricas brasileiras

Em 22 de julho de 2004 as Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia e da Ordem dos Advogados do Brasil realizaram a Inspeção Nacional de Unidades Psiquiátricas em Prol dos Direitos Humanos em 16 estados brasileiros mais o Distrito Federal. O resultado da ação é este relatório, dossiê de denúncias das péssimas condições em que vivem portadores de sofrimento mental internados em manicômios e clínicas psiquiátricas, por todo o país.

Informações: www.pol.org.br, ícone Publicações.



Psicologia e Políticas Públicas - experiência em saúde pública

Publicação promovida pelo CRP do Rio Grande do Sul, é fruto de um projeto de intervenção no campo das políticas públicas, envolvendo atividades do CRP, do Sindicato dos Psicólogos do estado e da Federação Nacional dos Psicólogos -Fenapsi, além de psicólogos colaboradores e estudantes.

Informações: crp07@crp07.org.br

Concentração da Mídia -debates no Conselho de Comunicação Social

Compilação de debates que se verificaram no âmbito do Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso Nacional, no qual o CFP tem assento como representante da sociedade civil. A publicação traz ao debate público a realidade da concentração da mídia no país.

Informações: www.senado.gov.br/ccs



SRTVN 702 Ed. Brasília Rádio Center sala 4024-A
 CEP 70.719-900 Fone: (61) 429-0100
 e-mail: contato@pol.org.br home page: www.pol.org.br